

AS AÇÕES DA CAMPANHA DO LIVRO DIDÁTICO E MANUAIS DE ENSINO (CALDEME)

JULIANA MIRANDA FILGUEIRAS¹

A presente comunicação procura apresentar a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), criada em 1952. Os objetivos principais da Caldeme eram a elaboração de guias de ensino das diferentes disciplinas escolares para professores e a análise crítica dos programas de ensino e livros didáticos em uso nas escolas brasileiras. Este estudo integra a tese de doutorado intitulada *Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)*.

Os documentos selecionados para o estudo foram produzidos pela Caldeme, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). A documentação foi localizada no Arquivo Central e Histórico do Inep, em Brasília e no acervo do Centro de Apoio à Pesquisa “Escola e Cultura”, do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS), da PUC/SP.

Esta comunicação baseia-se nas discussões de Choppin (1998) que compreende os livros didáticos como instrumentos de poder, pois orientam os espíritos ainda pouco críticos e manipuláveis dos jovens e constituem “poderosas ferramentas de unificação – até de uniformização – nacional, lingüística, cultural e ideológica” (CHOPPIN, 1998: 169). O livro didático é, além disso, um instrumento pedagógico, que propõe métodos e técnicas de aprendizagem, que “as instruções oficiais ou os prefácio não poderiam fornecer senão os objetivos ou os princípios orientadores” (CHOPPIN, 2002: 14). Eles se constituem em “canais de propagação das idéias e as vias de circulação dos capitais” (CHOPPIN, 2002: 16).

Por ser distinto de outros tipos de publicações, os livros escolares recebem uma regulamentação específica, que controla a sua forma e uso. Assim, para Choppin (2004: 560), é necessário estudar a regulamentação “aplicada às produções escolares”, pois o “o contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a

¹ Mestre e Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar” (CHOPPIN, 2004: 561). É necessário reconstituir a política pública para o livro didático, analisando as regras que o Estado impôs à sua produção nos diferentes contextos históricos.

Esta comunicação busca, desse modo, compreender a política para o livro didático estabelecida pela Caldeme e a atuação dos sujeitos que participaram da Campanha, sob a direção de Anísio Teixeira. As representações desse grupo, por meio de suas práticas sociais, buscou organizar diagnósticos e propor soluções para o ensino da escola pública secundária que começava a receber um novo público.

O problema da educação secundária e o lugar do livro didático

A criação da Caldeme se insere em todo um contexto de debates sobre a necessidade de reformulação do ensino, principalmente o secundário, e o papel dos livros didáticos na educação. Com o fim do Estado Novo, a questão educacional passou a ser discutida por diferentes setores sociais, que afirmavam ser preciso erradicar o analfabetismo, expandir a rede de ensino, organizar o ensino técnico profissional, adequar os currículos às peculiaridades regionais, etc. Nesse contexto, a luta popular pela democratização e expansão da escola pública secundária se intensificou e forçou a ampliação da educação escolar, gerando um aumento significativo de crianças nas escolas. De acordo com Spósito (1992), as classes populares, principalmente urbanas, pressionavam para ter acesso à escola secundária, que se expandia nos anos 1950.

De acordo com Braghini (2005), o aumento da população escolar era um dos fatores que impulsionava a necessidade da reforma e reestruturação do ensino secundário (2005: 63). Segundo a autora, para parte dos intelectuais e educadores da época, o ensino secundário, sua estrutura acadêmica, seu currículo, métodos de trabalho, “a didática empregada, a formação dos professores, os conteúdos de ensino, tudo, absolutamente tudo poderia, na verdade, deveria, ser melhor distribuído, ser modificado” (2005: 64). Buscava-se uma nova escola, que atenderia a necessidade dos adolescentes que pediam por acesso ao secundário e, ao mesmo tempo, ampliaria sua função normativa, ao abandonar o ensino verbalista e colocar em prática “um ensino

mais ágil, mais convenientemente adaptado ao novo tempo histórico” (BRAGHINI, 2005: 64).

Desde os anos 1940 os objetivos e métodos didáticos começaram a ser questionados por um novo corpo de professores, formados pelos cursos das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, criados a partir de 1934. Esse momento foi determinado, além disso, pela crítica ao ensino literário e a formação baseada nas humanidades clássicas, com a concretização do *currículo científico* (BITTENCOURT, 2005: 89).

Em meio ao debate sobre a urgência de se reformular o ensino, cresceram os questionamentos sobre o papel dos livros didáticos. O “problema do livro didático” estava em discussão no Ministério da Educação, nos meios acadêmicos e no Congresso Nacional. Nos espaços internacionais, com o crescimento da Guerra Fria, a Unesco organizava debates sobre a necessidade de se regular e controlar os livros didáticos. Segundo documento da Organização, no pós-guerra, uma das metas daquele órgão era indicar a revisão dos manuais escolares, sobretudo livros de História e Geografia, procurando eliminar conteúdos que apresentassem estereótipos e preconceitos contra os diferentes povos (UNESCO, 1951).

É dentro desse contexto, sobre a necessidade de renovação dos métodos de ensino e atualização dos livros didáticos, que Anísio Teixeira, então diretor do Inep, criou a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), visando analisar os livros didáticos que estavam em circulação no país e propor a elaboração de novos guias e manuais de ensino para os professores. Esse foi um dos principais espaços em que se realizou a política de estudo e produção de material didático nos anos 1950 e que influenciou os debates relacionados às novas propostas didático-pedagógicas.

Criada em 1952, a Caldeme foi organizada pelo Inep e passou, a partir de 1956, à responsabilidade do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que existiu até 1976. Entender essa Campanha e a atuação vinculada ao CBPE/Inep é esclarecedor para se compreender a importância que o livro didático teve nos debates dos anos 1950 e 1960.

Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino - Caldeme

A Campanha foi efetivamente iniciada em 14 de julho de 1952, pela Exposição de Motivos n. 795 do Ministro Simões Filho, sob responsabilidade do Inep. De acordo com a Exposição de Motivos para o Presidente Getúlio Vargas, a assistência técnica ao professorado era uma das funções mais importantes dos serviços educacionais. Dois seriam os métodos de prestar a assistência: por meio de cursos de aperfeiçoamento ou na produção de guias escritos para as orientações dos professores. Ambos os métodos deveriam ser usados simultaneamente, mas as deficiências qualitativas do ensino brasileiro exigiam providências urgentes. Desse modo, a solução seria a elaboração de guias para orientação dos professores do ensino primário e médio. Os guias deveriam, ainda, influenciar a elaboração dos livros didáticos pois, para Simões Filho, os manuais existentes somente objetivavam ensinar a decorar classificações. Um dos principais objetivos da Campanha tornou-se, portanto, a elaboração de guias de ensino destinados aos professores da escola secundária.

Além dos guias de ensino, a Caldeme estava encarregada de traduzir livros de grande importância para a educação, publicar livros inéditos de autores brasileiros, realizar estudos sobre materiais didáticos destinados ao ensino de Ciências, adquirir coleções de livros nacionais e estrangeiros considerados valiosos para as discussões sobre educação e avaliar os livros didáticos e programas das disciplinas do ensino secundário.

Com a criação em 1955, por meio do decreto n. 38.460, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), as atividades da Caldeme foram incorporadas a esse Centro. Seus estudos e pesquisas passaram a ser organizados pela Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE), responsável por realizar as pesquisas sobre o funcionamento do sistema oficial de ensino. Um dos objetivos fundamentais do CBPE era publicar os estudos e pesquisas realizados pelo Centro para os professores de todo o país.

Para melhor compreender de que modo atuava a Caldeme, foram resumidos a seguir, as duas principais atividades realizadas pela Campanha: a produção de guias de ensino e análise dos programas e livros didáticos utilizados nas escolas.

Produção de Guias para os professores do Ensino Secundário

Um dos principais objetivos da Caldeme era a elaboração de Guias de ensino para professores da escola secundária. De modo geral os planos dos guias de ensino deveriam ser elaborados por professores considerados unanimidade em suas áreas de estudo. Elaborados os planos, estes passariam por análise de um grupo de especialistas que pertencessem a diversas escolas de pensamento, delineados em cada disciplina. De modo geral, eram organizados encontros com os autores dos planos e professores convidados a dar sugestões, discutir os métodos e conteúdos de ensino. Realizados os exames dos planos, era acordado com o professor a elaboração do manual, que depois de pronto seria novamente encaminhado para análise de autoridades das áreas.

Durante o segundo semestre de 1952, Anísio Teixeira e Gustavo Lessa começaram a convidar os professores para escrever os planos dos guias. Após troca de algumas correspondências foram definidos os primeiros professores encarregados de elaborar os manuais. Os acordos começaram a ser assinados em 1953, e seguiram até o fim dos anos 1950. O quadro a seguir indica os professores que assinaram os acordos, a Universidade a que pertenciam, a disciplina escolar e o ano dos acordos:

Quadro 1
Professores encarregados de elaborar os guias de ensino

Professor	Instituição de ensino/experiência profissional	Disciplina escolar	Ano do acordo
1. Karl Arens ² 2. Alarich Schultz	1. professor da Faculdade Nacional de Filosofia, do Instituto da Baviera e da FFCL da USP. 2. Professor da Universidade do Rio Grande do Sul.	Manual de Botânica	1. 1953 2. 2/1/1956
Oswaldo Frota Pessoa	Professor da Faculdade Nacional de Filosofia e de Ciências Naturais na Escola Rivadavia Corrêa.	Manual de Biologia Geral	23/6/1953
Carlos Delgado de Carvalho	Catedrático de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia e membro do Conselho Nacional de Geografia.	Manual de História Geral	30/11/1953
Paulo Sawaya	Catedrático de fisiologia geral e animal da FFCL da USP, lecionou por 10 anos no Ginásio Estadual e cinco no Colégio Universitário	Manual de Zoologia Geral	1953
Raymond Van der Haegen	Diretor do Instituto Francês da Universidade da Bahia. Professor agregé em França.	Manual de Francês	08/12/1953
Mário Pereira de Souza Lima	Catedrático de Literatura Brasileira da FFCL da USP. Lecionou português no ginásio estadual.	Manual de Português e literatura	14/11/1953
Américo Jacobina Lacombe	Catedrático da Faculdade de Filosofia da PUC/RJ, professor do Colégio Pedro II e Diretor da Casa de Rui Barbosa.	Manual de História do Brasil	16/12/1953
John Francis Tuohy	Diretor da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa em São Paulo e professor da FFCL da USP	Manual de Inglês	1953
Werner Gustav Krauledat	Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia, da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette e professor no Colégio Batista	Manual de Química	23/12/1953
Vandick Londres da Nóbrega	Catedrático do Colégio Pedro II	Manual de Latim	13/12/1956
Afrânio Coutinho	Professor do Colégio Pedro II	Manual de Literatura	1957

A principal característica dos autores que elaborariam os manuais de ensino era o fato de serem professores e pesquisadores vinculados a Universidades, principalmente da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia. Muitos deles também possuíam experiência no ensino secundário e alguns pertenciam ao quadro docente do Colégio

² Em ofício de 9 de julho de 1954, Mário P. de Brito informou que o contrato com o professor Karl Arens seria recindido, pois o mesmo não poderia terminá-lo. Em seu lugar foi acertado com o professor Alarich Schultz.

Pedro II. Verificou-se, assim, que ressaltava-se a relação e familiaridade dos autores com o ensino básico e com a Universidade.

No projeto da Caldeme os manuais deveriam ser inovadores, pois não precisavam seguir nenhum programa oficial. Em carta ao professor Mário de Souza Lima, Gustavo Lessa esclarecia que os autores teriam “plena liberdade para expor a matéria como melhor entendessem”. Desse modo, os autores poderiam “abrir novos caminhos para o melhor tratamento dos respectivos assuntos” (Carta de 11/12/1952).

Para produção dos guias foi estabelecido, inicialmente, um critério geral para todos os manuais quanto a extensão do conteúdo e a ênfase nos conhecimentos necessários aos alunos. Os acordos descreviam o objetivo da elaboração dos manuais e os detalhes de como deveriam ser feitos. Como exemplo, é possível examinar o acordo para produção do Guia de Biologia Geral, sob responsabilidade do professor Oswaldo Frota Pessoa. As clausulas III e V indicavam as diretrizes gerais para a produção dos manuais:

Clausula III. O manual de cada matéria deverá conter: a) uma descrição inicial dos objetivos de ensino da matéria e do aparelhamento didático necessários; b) uma justificativa da orientação traçada para o manual pelo prof. Oswaldo Frota Pessoa, relativa à matéria a ser ensinada e ao método de ensiná-la; c) o texto a ser ensinado distribuído por unidades e capítulos, e acompanhado do texto para uso exclusivo dos professores, e de indicações bibliográficas; d) descrição, em cada capítulo, dos meios de ser realizado o ensino teórico e prático respectivos.

[...]

Clausula V. O texto obedecerá as seguintes normas: a) será exposto metodicamente e conterá, além da parte expositiva, um suficiente número de exercícios e problemas destinados a estimular a reflexão e a fixar melhor os conhecimentos; b) será escrito em linguagem simples e correta, devendo haver a necessária cautela na introdução da terminologia científica, cujo significado ficará bem claro no próprio texto ou apêndice; c) conterá ilustrações numerosas e adequadas (Acordo para elaboração de Manual de Biologia Geral, 23/6/1953).

A clausula IV do acordo explicitava qual o objetivo do Inep ao organizar a elaboração dos manuais de ensino. Eles teriam o objetivo de “promover, entre os professores secundários do país, um movimento de renovação no tocante à matéria a ser ensinada e aos métodos de ensiná-la, a fim de tornar matéria e método mais adequados aos interesses do adolescente e ao ambiente em que vive” (Acordo para elaboração de Manual de Biologia Geral, 23/6/1953).

Em carta ao professor José Leite Lopes, Gustavo Lessa esclarecia porque era necessário auxiliar os professores secundários:

O referido projeto visa contribuir para a melhoria do preparo dos professores secundários, sobretudo dos que não puderam se preparar em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, nem receber nelas cursos de aperfeiçoamento (Carta de Gustavo Lessa para José Leite Lopes, 5/11/1953)

Com grande parte dos seus membros e colaboradores vinculados às universidades brasileiras, a preocupação do Inep era orientar a massa de professores que não possuíam formação nas Faculdades de Filosofia e eram considerados despreparados. Essa era uma das discussões centrais do período – questionava-se a desqualificação profissional dos professores que já atuavam antes da criação das Faculdades de Filosofia e os novos professores que eram contratados em caráter de emergência, sem formação específica.

Dois problemas se sobressaiam nessa discussão: observava-se, de acordo com Spósito (1992) e Beisegel (1984), a maior quantidade de jovens que começavam a buscar o secundário e forçar os governos a ampliar esse nível de ensino. Segundo, e em consequência direta da ampliação do secundário, verificava-se o crescimento do corpo docente.

Em *Educação não é privilégio*, de 1953, Anísio Teixeira expunha a deficiência da formação docente, ao apresentar o crescimento do ensino secundário no período:

Apenas 16% dos seus professores são licenciados das escolas de filosofia, embora estas tenham já mais de 20 anos de existência. As demais escolas superiores forneceram 24% do corpo docente. Com diplomas de escolas médias – metade normalistas – há 41% dos professores. Os restantes 19% não tem diploma algum (1977: 31)

As Faculdades de Filosofia não davam conta de formar o número suficiente de professores para ocupar as novas vagas que surgiam com a ampliação do ensino secundário no Brasil. De acordo com Fonseca (2004), a Lei Orgânica de 1942 não exigia o curso de licenciatura como norma para autorização de professores no secundário. Segundo a pesquisadora, tal fato apontava para um problema significativo na constituição do corpo docente - a falta de professores com nível superior (2004: 34). A lei exigia somente o registro do professor no Ministério da Educação, que

possibilitava aos profissionais não formados nas licenciaturas a ministrarem aulas: “havia um grande numero de advogados, médicos e outros profissionais que exerciam o magistério secundário e cuja presença era imprescindível para o funcionamento de ensino secundário” (FONSECA, 2004: 34).

Nesse contexto escolar, de novos docentes e discentes, a preocupação centrava-se no que deveria ser ensinado e como deveria ser ensinado. Procurava-se definir qual seria o objetivo do ensino secundário para esse novo público escolar.

Em carta à Anísio Teixeira de 6 de janeiro de 1954, Mário P. de Brito destacava qual era a dificuldade na escolha dos autores dos manuais:

A dificuldade inicial maior foi encontrar pessoas que aliassem à reconhecida competência dois outros indispensáveis qualificativos: a) uma convicção segura dos males provindos entre nós do ensino verbalista; b) um entusiasmo pelas vantagens de uma mudança radical nesse ensino que as levasse a se dedicarem a penosa tarefa da elaboração dos manuais, com sacrifício, parcial embora, de outras atividades profissionais (Carta de Mário P. Brito para Anísio Teixeira, 6/1/1954).

A passagem permite compreender dois pontos importantes: produzir os manuais seriam uma “penosa tarefa”, pois os professores se sacrificariam pela causa educacional; e a necessidade de acabar com o ensino verbalista, ligado às antigas humanidades clássicas, que não tinham mais função para a realidade daquele momento. Munakata (2000: 134-137) afirma que essa era uma das grandes críticas de Anísio Teixeira ao ensino secundário, de caráter acadêmico e desligado da realidade.

Desse modo, os autores não precisavam seguir os programas oficiais, pois não seria obrigatória a adoção dos manuais, eles eram somente sugestões. Tinham, assim, liberdade para criar manuais inovadores. O prazo de entrega dos manuais eram, em geral, de 12 meses a partir da data da assinatura dos acordos.

Na análise da documentação verificou-se que a elaboração dos manuais sofreram diversas prorrogações ao longo dos anos. Muitos dos guias não chegaram a ser finalizados. De todos os acordos firmados desde 1953, somente foram publicados os seguintes livros, pela série *Guias de Ensino*, CBPE/Inep:

- *História Geral I: Antiguidade* – Carlos Delgado de Carvalho, 1956
- *História Geral: Idade Média* – Carlos Delgado de Carvalho, 1959

- *Botânica na Escola Secundária* – Alarich Schultz, 1959
- *Biologia na escola Secundária* – Oswaldo Frota Pessoa, 1960
- *A presença do Latim* – Vandick Londres Nóbrega, 1962
- *Método Ativo de Francês Prático* – Raymond Van der Heagen, 1962
- *História Geral: Idade Contemporânea* – Carlos Delgado de Carvalho, 1966
- *História Geral: Idade Moderna* – Carlos Delgado de Carvalho, 1970 (foi publicado pela editora Record)

Os livros não eram editados pelo Ministério da Educação. Segundo relatório de Mário P. de Brito de junho de 1955, por não ter caráter oficial, o governo auxiliaria as empresas particulares que aceitassem editar os livros, “comprando-lhes certo número de exemplares, com descontos sobre os preços comuns de venda ao público, fixados estes nos acordos efetuados, de modo a facilitar a acessibilidade do professorado à aquisição desse livro” (Relatório entregue a Anísio Teixeira em 21/6/1955).

Assim, a principal editora responsável pelas edições e publicações dos livros foi a Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira. Os guias eram publicados em “edições mistas” em que o governo encomendava um certo número de exemplares do livro subsidiando a edição. Os livros adquiridos seriam distribuídos gratuitamente para bibliotecas e pessoas “chaves”³. A distribuição dos livros estava sob a responsabilidade da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP) do CBPE.

Análise crítica de livros didáticos e programas do ensino secundário

Analisar os manuais e programas das disciplinas do ensino secundário era uma das metas da Caldeme, junto com a produção dos guias de ensino. Para realizar as análises, o critério de escolha dos professores seguiu o mesmo critério dos autores dos guias didáticos: eram professores das universidades brasileiras.

A partir de 1954 começaram a ser assinados os acordos para estudo crítico de livros didáticos e programas de ensino, com os seguintes professores: Jesus Belo

³ Informação obtida de texto sem autoria, denominado *Notas sobre edição de livros diferentes*, encaminhado ao Secretário Geral do CBPE, em 22/3/1959. Pelas explicações do texto pode-se supor que foi escrito por Jayme Abreu.

Galvão (Português) - assinado em 13/4/1954; Sérgio Mascarenhas Oliveira (Física) - assinado em 19/4/1954; Amilcar Salles⁴ (Química) - assinado em 07/1954; James Braga Vieira da Fonseca (Geografia) – assinado em 8/9/1954; Guy de Hollanda (História) – assinado em 1956.

Sérgio Mascarenhas Oliveira possuía graduação em Química e Física pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e era professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Colaborou na fundação e, tornou-se professor catedrático, do Instituto de Física da USP, no campus de São Carlos, a partir de 1955. Era membro titular da Academia Brasileira de Ciências⁵. Publicou artigo na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), em 1954, sobre os objetivos do ensino de Física no curso secundário⁶.

James Braga Vieira da Fonseca era professor de Didática Geral, na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio de Janeiro e assistente de Didática de Geografia e História, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Era especialista em ensino de História e Geografia e lecionava no Educandário Rui Barbosa. Era um assíduo colaborador da revista Escola Secundária da Campanha de Difusão e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (Cades). Escrevia artigos sobre o ensino de História e Geografia⁷.

Jesus Bello Galvão era graduado em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, com doutorado em Letras. Era professor do Colégio Pedro II, professor da Escola Técnica do Estado da Guanabara e professor de Letras da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro⁸. Foi membro da Academia Brasileira de Filologia e da ABE.

⁴ Após pesquisa em bibliotecas, sites e outros meios, não foi possível encontrar informações sobre o professor Amilcar Salles.

⁵ Informações obtidas no Currículo Lattes do professor Sérgio Mascarenhas Oliveira: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4787604T1>, acesso em 20/3/2011.

⁶ Os objetivos do ensino de Física no curso secundário. *RBEP*. Vol. 22. n. 55, jul.-set./1954. pp. 73-115.

⁷ Foram encontrados os seguintes artigos de James Braga da Fonseca na revista Escola Secundária: 1957 - O ensino da História do Brasil no curso ginasial (Diferentes processos para a 1ª e 4ª séries), n. 1, pp. 55-57; O historiador e o professor de História, n. 2, pp. 83-85; Problemas do Ensino de História, n. 3, pp. 66-69.

1958 - Como ensinar Geografia?, n. 4, pp. 94-97

1960 - A Geografia humana e a escola secundária. n. 14, pp. 99-102.

⁸ A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (posteriormente denominada UFF), foi criada

Guy de Hollanda era professor de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e técnico de educação do Ministério da Educação e Cultura. Escreveu artigo sobre os programas de ensino de História na revista *Escola Secundária da Cades*, em 1958⁹.

Cada professor foi convidado para elaborar análises dos programas de ensino e dos livros didáticos utilizados nas escolas secundárias. Segundo o acordo - padrão para todas as disciplinas escolares, mudando apenas o nome da disciplina e do professor - o objetivo da análise era “promover uma crítica construtiva que revele as qualidades e defeitos do programa e dos compêndios de geografia e contribua para seu aperfeiçoamento” (Acordo assinado em 8/9/1954 entre a Caldeme e James B. da Fonseca. *Grifos nossos*).

O professor deveria analisar o maior número possível de compêndios que estivessem em circulação, destacando-se os cinco mais vendidos. O acordo descrevia os principais aspectos a serem observados nos compêndios:

aspectos materiais, tais como papel, a apresentação tipográfica, a ilustração e o preço, bem como os aspectos essenciais do conteúdo, tais como vocabulário, clareza de redação, correção dos conceitos ou teorias apresentadas e, muito especialmente, os aspectos propriamente pedagógicos, como a seleção dos tópicos e importância relativa que lhes é atribuída, sua apresentação e encadeamento lógico, propriedade dos exercícios e problemas propostos, e a adequação do livro às finalidades do ensino e ao nível mental dos estudantes (Projeto Caldeme - Geografia, 8/9/1954, assinado por Mário P. de Brito e aprovado por Anísio Teixeira).

Os livros avaliados não seriam citados nominalmente, de modo a não expor os autores e editores dos manuais. O documento enfatizava que, na análise dos livros didáticos, deveriam ser levados em consideração os programas vigentes, os vícios dos métodos de ensino utilizados, o preparo deficiente de grande parte dos professores, a extensão dos currículos e as condições econômicas do comércio de livros didáticos. Os critérios indicados para análise dos compêndios eram padronizados para todas as disciplinas escolares. Por fim, a análise era justificada como necessária para orientar autores e editores para futuras publicações e influir na melhoria dos programas oficiais.

oficialmente em 1960, incorporando diversas faculdades já existentes, dentre elas uma faculdade particular de Filosofia.

⁹ Os programas e o ensino da História. *Revista Escola Secundária*, 1958. n. 5. pp. 83-86.

O texto do acordo reforçava a importância dos manuais escolares para o projeto do Inep, sob coordenação de Anísio Teixeira. Como destaca Munakata (2002: 1) Anísio Teixeira preocupava-se com o livro didático, compreendido como um objeto que ajudaria a resolver a questão da “multiplicação desenfreada da escola secundária, com professores improvisados”. Integrando esse projeto, as análises da Caldeme buscavam conhecer os padrões e processos didáticos adotados pelos manuais escolares e apresentavam soluções, sugestões e recomendações. Tanto as análises críticas como a elaboração dos novos manuais ficaram sob responsabilidade de intelectuais, professores universitários considerados autoridades em suas áreas de estudo.

Para esses intelectuais a realidade da educação brasileira apresentava problemas, como a má organização pedagógica da escola secundária, com um currículo considerado tradicional. Parte da responsabilidade por essa educação estava no uso de métodos pedagógicos antiquados e em conteúdos sem significado para os alunos. Como principal ferramenta utilizada na escola, que expunha métodos e conteúdos, o livro didático precisava ser reformulado para fornecer subsídios aos professores e alunos. Na prática de análise dos manuais escolares, os sujeitos envolvidos com a Caldeme e o Inep procuraram difundir para as escolas e seus sujeitos novos modelos pedagógicos, baseados na racionalização e na cultura científica.

De acordo com balanço de Mário P. de Brito, de 18 de outubro de 1954, o primeiro professor a entregar a análise dos livros didáticos e programas de ensino foi Sérgio Mascarenhas de Oliveira. Sobre a análise dos manuais e programas de Química, foi possível verificar que o professor Almicar Salles não conseguiu terminar no prazo estabelecido de três meses, solicitando em 1 de novembro de 1954 mais um mês de prazo. Em 3 de dezembro do mesmo ano fez nova solicitação de prorrogação, afirmando que o trabalho seria entregue em janeiro de 1955. O professor James B. da Fonseca também solicitou, em carta a Mário P. de Brito, de 17 de dezembro de 1954, prorrogação de um mês para a entrega do estudo dos manuais e programas de Geografia.

Em relatório para Anísio Teixeira, de 21 de junho de 1955, Mário P. de Brito afirmou que as análises dos programas de ensino e livros didáticos de Química e Geografia haviam sido entregues e a análise de Português estava em andamento. Contudo, as análises de Física, Química e Português não foram localizadas na

documentação da Caldeme. Foram encontradas as análises de Geografia e História, que chegaram a ser publicadas.

Os trabalhos de Fonseca e Hollanda foram publicados quando a Caldeme já estava incorporada à DEPE. A publicação das análises somente dos livros didáticos de História e Geografia, estava em consonância com as diretrizes da Unesco, que indicava a necessidade internacional de reestruturação dos livros dessas disciplinas escolares¹⁰. Tal fato indica que o Inep e Anísio Teixeira estavam em diálogo constante com os organismos internacionais.

Os livros publicados pelo CBPE/Inep eram distribuídos gratuitamente para as bibliotecas dos cursos de formação de professores e para os profissionais vinculados ao Ministério da Educação. As obras dos professores Jaime B. da Fonseca, *Programas e Livros Didáticos de Geografia para a escola Secundária (1931-1956)*, e de Guy de Hollanda, *Um quarto de século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956)*, foram publicados na série IV – *Currículo, Programas e Métodos*.

O significado da Caldeme nas discussões sobre o ensino nos anos 1950

As ações da Caldeme inserem-se em um contexto de redemocratização com o fim do Estado Novo e de questionamento sobre a centralização da educação. Em diferentes meios discutia-se a necessidade de uma nova legislação educacional.

Nos anos 1950, os debates sobre a democratização e reorganização do ensino secundário intensificaram-se. Diante do crescimento urbano e do desenvolvimento industrial brasileiro, a escola secundária passou a ser mais procurada pelas camadas médias e populares, que buscavam melhoria da qualidade de vida. Para o novo público escolar, a escola deveria proporcionar uma formação diferente da existente, livresca,

¹⁰ UNESCO. 1951. *La reforma de los manuales escolares y Del material de enseñanza*. Paris: Imprenta Lahure.

humanística e propedêutica. Nos meios educacionais discutia-se a proposta de uma educação comum aos jovens, que preparasse para o trabalho e para a realidade. Consolidava-se, nessa época, o currículo científico e, nas interlocuções com o pensamento estadunidense – principalmente de Dewey -, fortalecia-se a proposta de modelos pedagógicos baseados no planejamento, racionalidade e na cultura científica.

Nesse contexto a Caldeme é criada por Anísio Teixeira, com o objetivo de avaliar os programas e os compêndios do ensino secundário e elaborar guias didáticos com metodologias inovadoras para orientar os professores secundários, considerados mal preparados, por não possuírem, entre outros motivos, formação adequada nas Faculdades de Filosofia. Evidenciava-se, assim, a importância atribuída aos livros didáticos, como divulgadores de conteúdos e metodologias, considerados ferramentas fundamentais para auxílio do professor, principalmente para sua formação.

Apesar do vínculo da Caldeme com o Estado por meio do Inep e do CBPE, seus estudos criticavam as políticas do próprio Estado, ao questionar os programas oficiais e os livros Didáticos existentes.

Os documentos da Caldeme revelaram informações que permitiram pensar algumas considerações sobre a educação e a escola nos anos 1950. Os discursos sobre a educação produzidos pelos sujeitos envolvidos com o Inep e a Caldeme constituíram práticas concretas, que visavam interferir no funcionamento da escola. Deste modo, percebeu-se que analisar os programas de ensino, avaliar os livros didáticos e produzir guias para os professores influiria objetivamente na produção, circulação e uso dos manuais, pois era uma forma de controlar o objeto que seria utilizado nas escolas brasileiras.

Especialistas do ensino superior foram convidados a elaborar análises dos manuais utilizados nas escolas secundárias e escrever novos manuais de ensino. A intenção era contribuir para a elaboração de guias com novas propostas pedagógicas e conteúdos diferenciados. A Caldeme expressava o pensamento de Anísio Teixeira, que acreditava que o problema da educação deveria ser pensado e resolvido por intelectuais vinculados às universidades, com estatuto científico. Estabelecia-se, portanto, nos anos 1950, uma percepção de que esses especialistas – professores e, ao mesmo tempo, pesquisadores -, por analisar cientificamente a educação e a escola, tinham autoridade para produzir as críticas e os novos livros didáticos para o ensino secundário.

Os estudos elaborados por esses professores e publicados em forma de livros, produzidos pela Caldeme e distribuídos gratuitamente pelo CBPE para as bibliotecas dos cursos de formação de professores, foram produzidos para serem guias, para divulgar idéias, com a função de orientar futuros professores, autores e editores na escolha e elaboração dos manuais escolares, baseados em nova concepção da educação.

Referência Bibliográfica

BEISIEGEL, Celso de Rui. 1984. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano, vol. 4. São Paulo: Difel.

BITTENCOURT, Circe M. F. 2005. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. 2005. *O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino*. São Paulo. Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP.

CHOPPIN, Alain. 1998. Las Políticas de Libros Escolares en el Mundo: Perspectiva comparativa e histórica. In: SILLER, Javier P.; GARCÍA, Verena R. (Org.). *Identidad em el imaginário Nacional: Reescritura y Ensenanza de la historia*. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, pp. 169-180.

_____. 2002. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*. ASPHE/FAE/UFPel, n. 11, abri. 2002, pp. 5-24.

_____. 2004. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, vol. 30, n° 03, set/dez. São Paulo, FEUSP, pp. 549-566.

FONSECA, James B. Vieira da. 1957. *Análise dos Programas e livros Didáticos de geografia para a escola secundária (1931-1956)*. MEC/INEP/CBPE. Rio de Janeiro.

FONSECA, 2004. Silvia Asam da. Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961). Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP.

HOLLANDA, Guy. 1957. *Um quarto de século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956)*. Rio de Janeiro: CBPE/INEP, MEC.

MUNAKATA, Kazumi. 2000. Não podemos fazer escolas sem livros: livro didático segundo Anísio Teixeira. In: *Anísio Teixeira, 1900-2000. Provocações em Educação*. Campinas/Bragança Paulista: Autores Associados/USF, pp. 129-140.

_____. 2002. *As ações da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME): os manuais para professores secundários*. In: V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. CD-Rom.

SPOSITO, Marília P. 1992. *O povo vai à Escola - A luta pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola.

TEIXEIRA, Anísio. 1977. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

UNESCO. 1951. *La reforma de los manuales escolares y del material de enseñanza*. Paris: Imprenta Lahure.